

As representações de gênero dos perfis biográficos das mulheres homenageadas com nomes de ruas no espaço urbano de Londrina (PR)

Bruno Sanches Mariante da Silva e
Daniela Reis de Moraes

Bruno Sanches Mariante da Silva

Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR,
Brasil.

E-mail: bruno_sanches1987@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-9170-6791

Daniela Reis de Moraes

Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR,
Brasil.

E-mail: moraes.danielareis@gmail.com

ORCID: 0000-0002-7390-2019

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender o papel da toponímia urbana enquanto discursos hegemônicos do papel social da mulher na formação da cidade de Londrina, Paraná. Valemo-nos de textos biográficos anexados aos projetos de leis que nomeiam logradouros públicos. Na impossibilidade de apresentarmos todas as questões engendradas por essa escrita, optamos por uma análise específica sobre as representações de gênero contidas nas biografias de mulheres escolhidas para tais nomeações. Propomos uma reflexão sobre as imbricações entre a escrita biográfica, a História e as relações de gênero, observando a cidade de Londrina, que é também marcada por forte discurso memorialístico sobre o pioneirismo, daqueles que construíram a cidade, especialmente homens. No período estudado foram criados mais de quatro mil logradouros, sendo que os nomes de mulheres estão em 781. Assim, observamos que a toponímia com tais está sub-representada, e acentuadamente marcada por papéis sociais delimitados.

Palavras-chave: Biografias; Londrina; Relações de gênero; Logradouros urbanos.

The gender representations of the biographic profiles of women honored with street names in the urban space of Londrina (PR)

Abstract: The main objective of this article is to understand the role of urban toponymy as hegemonic discourses of the social role of women in the formation of the city of Londrina, Paraná. Hence, we make use of biographical texts attached to the bills that name public places. In the impossibility of presenting all the questions engendered by this writing, we opted for a specific analysis on the representations of gender contained in the biographies of women chosen for such honors. We propose a reflection on the imbrications between biographical writing, History and gender relations, observing the city of Londrina, which is also marked by a strong memorialistic discourse on the pioneering spirit of those – especially men – who built the city. In the period studied, more than four thousand places were created, with the names of women being in 781 of them. Thus, we observe that the toponymy with names of women is underrepresented, and highly marked by delimited social roles.

Keywords: Biographies; Londrina; Gender relations; Urban places.

Las representaciones de género de los perfiles biográficos de mujeres homenajeadas con nombres de calles en el espacio urbano de Londrina (PR)

Resumen: El objetivo principal de este artículo es comprender el papel de la toponimia urbana como discursos hegemónicos del papel social de la mujer en la formación de la ciudad de Londrina-PR. De esta manera, hacemos uso de textos biográficos adjuntos a los proyectos de ley que nombran lugares públicos. Ante la imposibilidad de presentar todas las cuestiones que engendra este escrito, optamos por un análisis específico sobre las representaciones de género contenidas en las biografías de mujeres elegidas para tales nombramientos. Proponemos una reflexión sobre las imbricaciones entre escritura biográfica, Historia y relaciones de género, observando la ciudad de Londrina, que también está marcada por un fuerte discurso memorialista sobre el espíritu pionero de quienes – especialmente los hombres – construyeron la ciudad. En el período estudiado se crearon más de cuatro mil lugares públicos, de los cuales a 781 se les pusieron nombres de mujeres. Así, observamos que la toponimia con nombres de mujeres está subrepresentada, y claramente marcada por roles sociales delimitados.

Palabras clave: Biografías; Londrina; Relaciones de género; Lugares urbanos.

Introdução

Quando nasce o costume de dar às ruas nomes que não tem relação com elas, mas lembram homens célebres, etc.?
Walter Benjamin (1987, p. 21).

Ruas, mais do que caminhos ladeados por casas, comércios e árvores, mais do que simples vias públicas, podem ser espaços de sociabilidade, de usos da memória e construção das identidades. Pelas leituras que podem ser feitas da “alma encantadora das ruas”¹ podemos também acessar as memórias das famílias que nelas habitam as memórias das transformações urbanas pelas quais a cidade passou e, assim, pode-se dar também a produção da própria História por meio dos nomes que as ruas carregam.

No presente texto² estamos centrados na análise dos logradouros urbanos, não como espaços de sociabilidade, mas como elementos profundamente ligados à(s) memória(s), identidades e lugares de disputas de poderes. Nosso intento, em verdade, diz respeito à sua nomenclatura e com a escrita de biografias que apresentam as pessoas homenageadas e narraram seus feitos e vivências, com enfoque nos modos como os nomes de mulheres foram articulados por aqueles que buscaram eternizá-las em elementos da urbe. Para a presente reflexão selecionamos apenas logradouros (ruas, avenidas, praças) que tenham nomes de mulheres.

O ato de nomear ruas e praças, que pode ser entendido pela população em geral como ato puramente prático e técnico, cuja responsabilidade fica a cargo da Câmara Municipal ou do Poder Executivo, é sempre carregado de elementos simbólicos e de disputas por poder. A função primária da nomeação de logradouros públicos está ligada à tomada plena de direitos do cidadão e da cidadã, pois é necessário que as populações diferenciem um lugar do outro, garantindo um endereço para suas casas, formalmente reconhecido pelo poder público. É prática humana das mais antigas, tendo em vista que a humanidade sempre procurou marcar os lugares por onde circulou atribuindo-lhes nomes ou então por meio de construções que as diferenciasssem. É ato menos ingênuo do que parece ser, porque carrega o poder simbólico da disputa pela memória e a luta contra o esquecimento (Souza, 2001).

A atribuição de um nome de pessoa para um logradouro engendra também uma relação direta com sua trajetória pessoal, posto que, em geral, trata-se de uma celebração dessa trajetória. Recentemente temos acompanhado fortes debates sobre a presença de personalidades controversas no espaço público, seja com monumentos ou pela nomeação de espaços. São personagens cujas vivências estão ligadas à escravidão, ao tráfico negreiro, ao bandeirantismo ou ao regime civil-militar brasileiro, portanto, suas presenças no espaço urbano não são mais tão bem aceitas por parcelas da população.

Ao batizarmos os logradouros de uma cidade estamos por dotar de significação aquele elemento urbano, ao passo que celebramos, concomitantemente, aquele acontecimento ou personagem ali representado. Alderman (2003, p. 166) destacou que “*a prominent, frequently travelled street would*

¹ Referência ao título da obra de João do Rio de 1908.

² O texto aqui apresentado é uma readequação e atualização – ainda que uma versão concisa – de pesquisa apresentada em 2013 como dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Assis.

represent a larger and more significant scale of memorialization than a small side road because of differences in the amount of public exposure and visibility that each road brings to a memorial cause”³, ou seja, a proeminência e significância da via escolhida reflete ou valora a importância do nome escolhido para aquele logradouro. Desse modo, a expressividade da via e dos aparelhos urbanos nela contidos são significativos bem como a trajetória dos personagens. De acordo com o historiador Reginaldo Dias (2000, p. 105) “analisar a organização dos nomes de rua de uma cidade é aferir dimensões significativas de sua relação com a história”, ou seja, é, sem dúvida estar em contato com o(s) discurso(s) propalado(s) pelos poderes locais nas diferentes esferas.

Em Londrina há um forte discurso com relação ao pioneirismo, com grande valorização dos ditos pioneiros, ou seja, aqueles que chegaram primeiro e participaram do processo de construção da cidade, a partir de um empreendimento de terras iniciado em 1929. O discurso é, sobretudo, vinculado à memória da empresa responsável pela ocupação da cidade e da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Desse modo, os personagens ligados à companhia e a seus funcionários são frequentemente celebrados. Evidentemente a História e a historiografia colocam-se consciente de que não somente estes contribuíram para o desenvolvimento da cidade, mas essa memória – oficializada – é fortemente transmitida (Arias Neto, 2008).

Nesse contexto, buscamos empreender uma reflexão acerca das representações construídas sobre as mulheres e sobre concepções de gêneros. Por ocasião da pesquisa, Londrina contava com mais de 4.690 logradouros públicos nomeados desde a década de 1950 até o ano de 2008⁴. Nesse conjunto aproximadamente 780 logradouros são batizados com nomes de mulheres. As perguntas que fazemos ao nos depararmos com essas representações de concepções de feminino incrustadas no espaço urbano são: que mulheres são essas representadas nas ruas londrinenses? Mães, esposas, freiras, lavadeiras, professoras? A que esfera do mundo pertencem e de que forma suas histórias/memórias se relacionam com a história oficial, impregnada pela supervalorização do homem e da bravura de seus atos? De que maneira encontramos rechaçadas ou reforçadas as representações acerca da mulher e as concepções de feminino em tais personagens urbanos?

Desde 1981, quando foi criado um adendo à lei orgânica do município, por meio da lei 3.399/81, é obrigatório que todo projeto de nomeação de logradouro seja acompanhado por um *curriculum vitae* – conforme diz a lei – do/a homenageado/a. Todavia, muitas vezes foram apresentados pequenos textos biográficos, como averiguamos ao consultarmos os arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina. Desta forma, analisamos as leis posteriores a 14 de dezembro de 1981, data da lei 3.399/81, até o ano de 2008, por justamente trazerem textos biográficos dos homenageados e das homenageadas

³ “uma rua proeminente utilizada com grande frequência representaria uma maior e mais significativa escala de memorização do que uma pequena rua vicinal, devido a diferenças no montante de exposição pública e a visibilidade que cada via traria para a causa memorial” (Alderman, 2003, p. 166, tradução nossa).

⁴ O recorte precisou ser feito em 2008 uma vez que, até 2021, não se conseguiu junto à Prefeitura de Londrina, por meio de diferentes secretarias, uma lista atualizada dos logradouros com as leis que lhe deram origem. A última sistematização foi em 2008.

em seus projetos de lei. Nosso conjunto de fontes é constituído por com 699 leis com biografias de mulheres em quase três décadas.

Numericamente, podemos dizer que os homens se sobrepõem no espaço urbano londrinense, pois, contando a partir de 1950, em um universo de 4692 logradouros, apenas 781 foram batizados com nomes de mulheres ao longo dessas seis décadas, o que representa 16,6% do total. Dentro desse percentual as mulheres locais – ligadas diretamente à história de Londrina – compõem a grande maioria, com aproximadamente 485 personagens. Contudo, uma questão metodológica precisa ser explicitada, pois ao longo da pesquisa encontramos diversos logradouros batizados com nomes que não foi possível identificarmos o gênero por se tratarem de nomes estrangeiros e, em cujos projetos de lei não foi acrescentada biografia. Desse modo, esses nomes são contados no total de logradouros, mas não na divisão entre homens e mulheres.

Nossas fontes se constituem, portanto, das leis de nomeação das ruas e das biografias a elas anexas, material que se encontra no Arquivo da Câmara Municipal de Londrina e está à disposição para consulta pública. Por meio dos textos biográficos podemos perceber os discursos acerca dos papéis sociais das mulheres e das concepções de feminino. As biografias são anexadas ao projeto de nomeação de rua como uma espécie de justificativa a escolha do nome, sendo bastante comum que os textos sejam ricos em adjetivos elogiosos, destacando as ações valorosas dos homenageados e das homenageadas. A narrativa biográfica apresentada é como um monumento, uma imagem que se lega ao futuro. Concomitantemente, nesses casos, ela funciona como um epitáfio, tendo em vista, que aqueles que terão seus nomes utilizados para o batismo de logradouros não podem estar vivos, sendo, portanto, um texto construído por seus familiares e amigos.

As representações são aqui entendidas como um conjunto de práticas discursivas, construtoras – ao mesmo passo que construídas – de determinado universo simbólico, compartilhado pelos sujeitos de um grupo, uma coletividade. É sempre necessário refletirmos a quem servem as representações criadas, pois elas são, ao mesmo passo, instrumentos de controle social. Para Chartier (2002, p. 17) as representações:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As homenagens foram rendidas às mulheres, por meio das nomeações de logradouros, em Londrina desde 1953. A primeira nomeação foi de uma praça com o nome de Princesa Isabel. Ao longo desse período é possível dizermos que diferentes representações sobre as mulheres foram gravadas no espaço urbano, acompanhando a transformação do imaginário social acerca dos papéis sociais femininos. Destarte, uma perspectiva que nos acompanha ao longo do trabalho é a de que a dominação masculina se faz presente nas diversas instâncias, como procurou demonstrar Bourdieu (2003). Segundo

o sociólogo francês, além da unidade doméstica, a dominação masculina pode ser detectada em “instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro do mesmo universo mais privado” (Bourdieu, 2003, p. 11), assim, algumas representações como práticas discursivas estão impregnadas dessa concepção de supremacia masculina.

Considerando que a cidade é um artefato, produto imaginado e construído pelo ser humano, procuramos sempre trazer próximo a nós a perspectiva de que o espaço urbano pode ser instrumento para consolidação e enquadramento de memórias e identidades ligadas a poucos grupos e suas representações. Tal característica consolida-se em razão de a memória ser construída, e de que o espaço urbano está repleto de elementos que funcionam como suportes para a(s) memória(s), como as nomeações de ruas e os monumentos. Entendemos que a escrita biográfica, profundamente relacionada com a História, também funciona como suporte da memória.

Escrita biográfica

A escrita biográfica ainda divide opiniões entre historiadores/as, pois é comumente tomada enquanto um gênero impuro, misturando verdade e ficção. Ou melhor, um pressuposto de verdade, na compreensão de Dosse (2009), que argumenta que há na escrita biográfica um pressuposto de verdade, tendo em vista que ao se propor uma biografia, e não um romance, está por se propor uma narrativa de fatos verídicos sobre determinada pessoa, proclamando-se, deste modo, a verdade sobre o/a biografado/a.

Bastante apegadas aos detalhes mais ínfimos da vida de seus personagens centrais, costumeiramente, as biografias valem-se de extensa pesquisa documental a fim de desvelar as minúcias e, assim, poder relatá-las. É claro que os documentos não são capazes de reconstituir toda a vivência do biografado, é nesse ponto que a ficção opera. Segundo Levillain, “a ficção provém do suplemento de explicação que o autor se julga no direito de dar quando a reunião dos documentos não basta para retratar o personagem. Pois, toda biografia resulta da tentação criadora” (Levillain, 2003, p. 165). A biografia entende-se, portanto, como construída e manipulada. Em face o silêncio dos documentos, há a possibilidade de permanecer o silêncio ou o biógrafo vale-se da imaginação para preencher as lacunas. Contudo, não é em razão de tal aspecto construído que se preterirá o uso das biografias pelos historiadores, pois a História também já assimila que suas escritas e narrativas são construídas e artificiais, em certa medida (Prost, 2015).

O ato de biografar implica em ações conjuntas que se retroalimentam em um movimento de negociações de fatos, memórias e compassos do tempo. Há, nesse sentido, um jogo de disputas pelo domínio do passado. A biografia por sua vez, ao ser tratada sob a luz da História se molda em um movimento de cristalização do modo com que o biografado se relacionou com seu eixo cultural, bem como a forma com que o biógrafo lança o olhar sobre ele. Conforme Avelar e Schmidt (2018, p. 11), a “biografia é o lugar de investimentos não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais. É o lugar de organização da dialética do eu e do outro”.

Sob esse aspecto, o gênero biográfico nos apresenta um desafio, como analisar a biografia por meio do rigor científico da História? De que maneira a História poderá analisar seu objeto – escrita da vida – sem que lhe seja cobrada a supressão da carne que nela a biografia apresenta? A historiadora Sabina Loriga, emprestou de Johann Gustav Droysen, a concepção do “pequeno x” (Loriga, 2011, p. 14), sendo o indivíduo [a] formado pela expressão [a+x], compreendendo o elemento [a] as vivências externas e [x] as concepções particulares, decisões essas tomadas por meio dos valores do sujeito, o que lhe confere decisões pessoais e articulações dele com o meio. Loriga coloca em xeque o elemento [x], pois ainda se trata de algo nebuloso compreender os modos e ações que o indivíduo toma entre rumos e trajetórias.

Dessa maneira, o ato de biografar implica também no “enquadramento da memória”, ou seja, a solidificação e seleção das imagens do passado, “para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 9). É sob essa ótica, da negociação, que o gênero biográfico se insere, seja no campo da escrita da biografia, ou no que toca no jogo articulado pelo biografado.

Mas não são somente os monumentos e documentos que se ligam ao poder de perpetuação da memória, igualmente o fazem as biografias, que por sua vez também possuem um caráter construído. Vale lembrar que essas elaborações mnemônicas são pensadas para atingir certos objetivos, propalar dadas representações de si ou de outrem. Dosse (2009) enumera alguns dos motivos diversos que levaram a elaboração de biografias. Um deles é a ânsia de justiceiro que acomete o biógrafo de tentar por todos os meios corrigir histórias negativas sobre determinados personagens. Outra preocupação que por vezes ocupa os biógrafos é defender seu personagem da finitude da existência, sobretudo, no que tange ao esquecimento, dando-lhes, portanto, a eternidade das letras.

Mais uma vez biografia e memória se aproximam. É na luta contra o esquecimento que são erguidos os monumentos e os nomes são utilizados para o batismo de ruas. Lembrando que a partir de 1981 na cidade de Londrina faz-se obrigatório, junto aos projetos de lei que visem nomear logradouros, o anexo de biografia do homenageado ou da homenageada. Desse modo, os textos biográficos, que analisaremos em sequência, podem ser tomados como esforços da sociedade presente em legar certa imagem ao futuro de um passado idealizado, mas, sobretudo, são passíveis de serem analisados enquanto um esforço daqueles que escreveram tais textos em fixar uma dada imagem do(a) homenageado(a).

Esses textos biográficos possuem dois tipos, segundo nossa análise. Um deles é o texto livre, contando a vida dos homenageados, o que em geral faz-se em uma curta narrativa – em alguns casos são demasiadamente curtas, como mostraremos. A produção textual biográfica pode ter sido escrita tanto pelo/a vereador/a que propôs o projeto de lei ou por algum membro da família que enviou o texto para a proposta de nome de rua. Há, frequentemente, a dúvida quanto à autoria, pois nem sempre ela está expressa nesses textos biográficos. A segunda tipologia de texto biográfico que encontramos é o que vem formatado em um “formulário de proposta para nomenclatura de rua”. Esse formulário foi desenvolvido pelo arquivo da Câmara Municipal e contém campos destinados a serem preenchidos com

os dados básicos dos homenageados e traz um campo maior para “dados biográficos”. Com esse formulário exige-se a entrega de cópias do atestado de óbito e da carteira de identidade ou registro de nascimento da pessoa que será homenageada. Ao contrário do outro tipo de texto biográfico, neste está sempre identificada a autoria, com o nome por extenso e assinatura.

De modo geral, entendemos que tais narrativas, que constam nos projetos de leis, são frutos do esforço de filhos e filhas, netos e netas, maridos ou esposas em glorificar a memória de seus entes queridos; ou então de vereadores tentando mostrar a significância e importância, e, portanto, o mérito dos homenageados em seus projetos.

Há, contudo, uma implicação necessária a ser apontada. É preciso que haja não só vontade dos cidadãos em homenagear seus entes queridos e/ou pessoas de destacado apreço na sociedade, mas também é mandatório haver a uma articulação entre a família e a Câmara de Vereadores para que aquele nome seja atribuído a uma via ou uma praça. Por mais meritória que seja a trajetória de vida de qualquer indivíduo, ele ou ela não ganha essa homenagem se não houver ação dos familiares e amigos e participação de um(a) vereador(a). Essa perspectiva está presente no exemplo que se segue, extraído de um projeto de lei, no qual o filho pede ao vereador que homenageie sua mãe:

Prezado Amigo e Vereador Jaci Aguiar,
Venho através desta solicitar ao amigo se possível uma homenagem a minha mãe falecida em Londrina em 1983 homenagem esta com o nome de uma rua ou outra coisa qualquer, tendo em vista que muitos logradouros, ruas, praças e até postos de saúde, tem nome de pessoas que aqui vieram a mais de cinquenta anos aprenderam a gostar desta cidade, quando Londrina não era nada, estava apenas começando, e minha mãe foi uma destas pessoas (Londrina, 1993a, s./p.).

Entendemos que todos, ou quase todos, projetos partem do anseio de alguém em ver aquela pessoa homenageada. Desse modo, separamos algumas leis nas quais pudemos perceber que essa motivação e ação estão também associadas a setores econômicos específicos, como de loteamento e propriedade de terras, setor diretamente atingido pelas nomeações de ruas. O primeiro exemplo é da nomeação da rua Rosa Badin Vieira:

Rosa Badin Vieira [...] faleceu em 06 de maio de 1990, na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo, onde viveu toda sua vida. [...] É merecedora da homenagem que o seu irmão Jorge Badin, radicado em Londrina desde 1956, proprietário do remanescente da área de terras da Gleba Palhano, para onde trouxe o Shopping Catuaí, antigo El Dorado, e o Carrefour, bem como os Loteamentos Terras de Santana I e II. É Justamente nas Terras de Santana I e II [...] que o seu irmão quer prestar esta singela homenagem, dando a pequena rua de 4,20 metros o nome de Rosa Badin Vieira (Londrina, 1996a, s./p.).

Queremos aqui destacar que, no exemplo, se tem aprovado para uma rua londrinense o nome de uma senhora que nunca na cidade residiu, e a articulação necessária para isso se dá por meio da influência de seu irmão, inclusive os dados sobre ele são mais extensos no texto. A segunda biografia que queremos destacar é de Geehrter Sahler Rosa, na qual também se faz referência à relação com a compra e venda de terras, utilizada como legitimador da nomeação: “O local onde está sendo aberta esta

via pública pertence ao filho da homenageada Geehrter Sathler Rosa, aposentado, foi fiscal do Banco do Brasil por mais de 30 anos e mora em Londrina há mais de 49 anos” (Londrina, 2005a, s./p.).

Nesse segundo texto, nota-se que o fato de o filho da homenageada ser proprietário da área onde está a via pública a ser denominada foi decisivo para a sua aprovação, tendo em vista ser ele o maior interessado na ação. Assim, o que se destaca de ambas as homenagens acima citadas é que em razão da influência social – e econômica, tendo em vista a posse de terras – de quem propôs o projeto é que ambos os nomes foram aprovados. Essas relações não excluem o mérito das homenageadas, mas é preciso evidenciar que a nomeação de ruas é um ato político, sobre o qual está investido um poder simbólico tenaz e com o qual pode estar associada uma série de desejos e vontades pessoais. É em face de tais características que queremos investigar quem são essas mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense e quais discursos sobre elas são construídos, e por tal razão que iremos analisar os textos biográficos anexados aos projetos de lei.

Pensando o conjunto de biografias a serem analisadas destacamos dois pontos. O primeiro é a existência de biografias demasiadamente curtas e insatisfatórias quanto aos dados biográficos. Esse descompasso é acompanhado por implicações e diferenciações nas relações de gênero, pois é bastante comum que, nas mesmas leis, sejam homenageados casais. O descompasso é evidenciado quando observamos os textos biográficos de alguns homens. Vamos reproduzir juntas – tendo em vista que provém do mesmo projeto de lei – a biografia da Sra. Natalia Paine e a de seu marido Sr. Arridarão Cesário a fim de comparação. Vejamos o exemplo da diferença:

Arridarão Cesário veio para o Paraná em 1950, indo morar no distrito da Warta, em 1958 mudou-se com a família para Londrina, ingressando no quadro de funcionários da Prefeitura onde trabalhou até se aposentar. Em 1966 foi morar com a família no Conjunto Três Marcos, atual Conjunto das Flores, sendo um dos pioneiros deste Conjunto, onde morou até falecer, deixando uma grande lacuna para seus familiares e amigos (Londrina, 2002a, s./p.).

Natalia Paine nasceu em 1924 em Pederneiras – SP, casou-se com Arridarão Cesário com quem teve 10 filhos. Dedicou-se em tempo integral à criação dos filhos e netos até falecer em 25 de junho de 1976, deixando grande saudade (Londrina, 2002a, s./p.).

Mesmo que ainda diminuta, a biografia do Sr. Arridarão Cesário é consideravelmente maior e mais rica em detalhes do que a contida no mesmo projeto de lei e que se refere a sua esposa, a Sra. Natalia Paine. Tomando única e exclusivamente o texto biográfico como fonte, a pergunta que nos fazemos é: esse senhor foi casado? Fala-se em família e familiares, mas não vemos menção a filhos e esposa no corpo do texto. A confirmação de que fora casado e com filhos só nos é possível pela leitura de uma ficha cadastral anexada ao projeto de lei, na qual constam dados pessoais; e também pela leitura da biografia de sua esposa já citada. Já no texto da biografia da esposa há menção ao nome do marido e a quantidade de filhos, mesmo que estas informações também estejam em ficha anexa contendo os dados pessoais da homenageada. Ou seja, a sua biografia que é parca de informações é ainda por cima redundante, dando grande destaque ao cônjuge e aos descendentes, enquanto a de seu marido destaca sua atuação profissional. Nos parece uma repetição do pensamento normativo que destaca o homem no espaço

público e a mulher no espaço privado, o lar. Vamos agora nos ocupar em perscrutar o perfil das mulheres homenageadas no espaço público de Londrina.

Perfis de mulheres biografadas

Os textos biográficos, como já refletimos, podem compor narrativas a fim de elaborar uma dada representação do(a) biografado(a). Desse modo, analisamos textos biográficos, em geral curtos, escritos por familiares dos homens e mulheres a serem homenageados(as) e que possuem tom marcadamente elogioso. As representações sociais de gênero, especialmente os discursos sobre as mulheres e seus papéis e posições também estão neles manifestados.

Tomando em conta que algumas representações sobre as figuras femininas se solidificaram com o tempo, ao nos depararmos com o conjunto de biografias a serem analisadas percebemos que certos temas eram mais recorrentes nos textos. Temáticas como pioneirismo e imigração, são reentrantes em discursos acerca da formação de Londrina e da região norte do Paraná, o que torna as biografias temporal e geograficamente situadas. Outras temáticas como religiosidade, casamento, maternidade estão comumente presentes nas narrativas sobre as vidas de mulheres, pois são, tradicionalmente, entendidos como constituintes do “ser mulher”. Dessa maneira, procuramos organizar a nossa escrita de modo a apresentar tais temas, sobretudo, mostrar que as temáticas percorrem o tempo, encontrando-se em biografias dos anos 1980 até o início dos anos 2000.

Tendo em vista a impossibilidade de apontar, no exíguo espaço desse texto, todas as temáticas, vamos nos deter, especificamente, na discussão sobre o pioneirismo e as dificuldades dos primeiros tempos em Londrina e também na análise do trabalho e ocupação dessas mulheres. No entanto, é importante destacarmos que as questões referentes a casamento e maternidade atravessam qualquer temática que privilegiemos, portanto não nos furtaremos a elas.

Pioneirismo e as narrativas “das agruras de um tempo difícil”

As narrativas sobre quão difíceis eram as condições de vida na Londrina dos primeiros tempos são comuns, podendo ser encontradas em relatos orais, publicações comemorativas ou memorialistas, e, também, as encontramos nas biografias das homenageadas com um nome de rua. Como apontou Arias Neto (1995, p. 77), “para muitos a rotina estafante do trabalho é o que caracteriza o pioneirismo”, ou seja, é como se o fato de citar as dificuldades vividas validasse toda a narrativa e a própria homenagem que o projeto propõe. A seguir estão citados alguns exemplos dessas narrativas biográficas que se referem aos tempos difíceis.

Antes de adentrarmos a esse tópico de análise, cabe destacar que esses textos aparecem ao longo das décadas, o que reforça a contundência desse discurso na sociedade londrinense. A maioria dos relatos busca destacar as dificuldades de uma cidade que ainda estava por ser feita, na qual as estruturas básicas não estavam de imediato disponíveis. As dificuldades explicitadas nos textos são vastas, mas em geral referem-se às agruras que o ambiente apresentava, como as ruas sem pavimentação e a terra vermelha, que estando seca gerava poeira e estando molhada virava lama:

“Ernesta Chimenton Tesser chegou em Londrina quando as primeiras vilas começavam. Foi pioneira que amassou muito barro nas ruas esburacadas que clamavam pela primeira pavimentação que chegou com os paralelepípedos” (Londrina, 1999a, s./p.).

É possível também percebemos por meio desses textos biográficos que ouro do “Eldorado cafeeiro” – representação mais comum nas narrativas memorialistas sobre Londrina em suas primeiras décadas (Arias Neto, 2008) – não era para todos. As agruras experienciadas naquele período, e muito depois narradas em pequenas biografias, revelam-nos a luta pela sobrevivência em um ambiente desigual: “Na condição de pioneira do norte do Paraná, com pouco (sic) recursos financeiros para empreender comércio ou indústria, deu-se as atividades de desbravar a selva, para mais tarde dedicar-se ao cultivo de lavouras cafeeiras” (Londrina, 1996b, s./p.).

A biografia da senhora Isabel Guilhen Garcia, uma imigrante espanhola, nos chamou a atenção por estar repleta de elementos que podem ser detectados em outras biografias. Narrando as dificuldades de pioneira, o texto nos diz que a homenageada não foi pessoa de destaque social, e sim fora esposa, mãe e avó, ressaltando o papel social tomado como certo para a mulher.

Enfrentando desde cedo dificuldades de todo tipo, dedicou sua vida à família, sempre com disposição para o trabalho, o que serviu de exemplo para os filhos e netos, e embora não tenha sido personalidade de destaque na sociedade londrinense, foi esposa, mãe e avó extremosa, muito amou e foi amada, e por sua bondade e desprendimento, os seus nunca a esquecerão, mormente se puderem ver seu nome dedicado à uma rua da cidade, como homenagem póstuma (Londrina, 1993b, s./p.).

É uma biografia de uma mulher, provavelmente, de vida e hábitos simples e que não pertencera às camadas de poder e abastadas economicamente. Nesse texto podemos também perceber que a homenageada é exaltada pelas suas qualidades no âmbito do privado, como esposa, mãe e avó.

A importância do casamento e da presença do marido se faz largamente presente na maioria das biografias. O que nos salta aos olhos na análise é a ênfase dada no companheirismo e abdicação total das mulheres frente às adversidades e necessidades de seus cônjuges. Esse discurso é bastante recorrente, tendo em vista que Londrina no começo de sua formação era um ambiente inóspito ainda sem os recursos básicos de uma cidade, reforçando o discurso de abdicação e coragem do casal. Separamos dois trechos de projetos de leis distintos:

Dona Maura veio juntar-se à outras jovens senhoras que assim como ela, acostumadas ao conforto de sua terra natal se dispuseram à junto de seus maridos enfrentar o barro e a falta de recursos de Londrina dos primeiros tempos (Londrina, 1995a, s./p.).

Sempre acompanhou com muito Sacrificio [sic] o Marido Sr. Carlos Gil (Londrina, 1998a, s./p.).

São representadas enquanto esposas abdicadas que suportaram e incentivaram os maridos à continuidade de seus intentos profissionais, mesmo que para isso fosse necessária uma mudança para um local até então inóspito, onde a vida ainda estava por ser feita: “Apezar [sic] das dificuldades encontradas na adaptação às condições carentes da Londrina de 1946, foi grande incentivadora dos

negócios do marido, estimulando-o a investir e a permanecer em caráter definitivo em Londrina” (Londrina, 1996c, s./p.).

Ao analisarmos tais representações, os papéis femininos aparecem, além de mães devotadas e dedicadas, como esposas fiéis, companheiras e incentivadoras. Essas mulheres são representadas como incontestes companheiras e mais do que isso a força propulsora do homem para os negócios e as atividades profissionais em geral. A participação ativa da mulher no incentivo ao homem no campo profissional, encontramos presente em alguns textos biográficos: “Foi esposa fiel e dedicada ao marido acompanhando-o em todas as fazes da sua vida, enfrentando os bons e maus momentos sem nunca reclamar. Apoiava integralmente as atividades de seu marido incentivando-o” (Londrina, 2003, s./p.).

Acompanhava o marido sem reclamar, apoiando-o integralmente. Vemos a representação – comum nas primeiras décadas do século XX (Pinsky, 2012a) – de uma esposa perfeita, submissa porque aceita passivamente as mudanças, fiel, dedicada e apoiadora incontestemente do cônjuge. É preciso também pensar a situação feminina no Brasil da primeira metade do século XX, onde as oportunidades eram poucas para as mulheres, a não ser acompanhar os maridos. Ficar solteira, contudo, era uma opção que engendrava estigmas sociais mais contundentes (Pinsky, 2012a).

As biografias anexadas aos projetos de lei, além de bastante sucintas, frequentemente são conjuntas, retirando a individualidade do(a) homenageado(a) e transformando-o(a) em um único elemento conjugal. Não são raras as biografias que apenas mencionam o nome da esposa e quantos filhos ela gerou.

Ivone Maria Orecelli [sic] de Oliveira nasceu em 18 de junho de 1948, na cidade de Londrina. Filha dos Pioneiros Danilo Orecelli e Giustinina Massaro Orecelli. Casou-se com Wilson de Oliveira e teve 4 filhos: Kedyma, Karine, Wilson Júnior e Waldemar. Tem 5 netos. Os filhos e netos todos em [sic] Londrinenses. Morreu no dia 8 de março de 1999 em Londrina (Londrina, 1999b, s./p.).

Na biografia acima citada – transcrita integralmente – vemos que é tecida uma rede de relações familiares, pois se não fossem os detalhes sobre ascendência e descendência pouco restaria do texto biográfico da homenageada. Percebemos, contudo, que a referência a outras pessoas nas biografias serve para justificar a importância daquela mulher. Nesses casos, geralmente, cita-se a ascendência – sobretudo quando relacionada ao pioneirismo – e/ou descendência como elemento legitimador da nomeação. Em biografias de mulheres são comuns as frases como “esposa de” ou “filha de” ou também “mãe de”, o que as tornaria, então, merecedoras do destaque que a nomeação de rua proporciona. Na biografia de Maria Tito Motta Mendes podemos observar o destaque que seu marido tivera, perfazendo o papel de legitimador de sua homenagem.

Como esposa do primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina – Ernesto Gonçalves Mendes – teve atuação destacada não só nas atividades sociais, mas também no apoio moral ao marido, que sofreu toda sorte de humilhações e perseguições de algumas autoridades da época (Londrina, 1998b, s./p.).

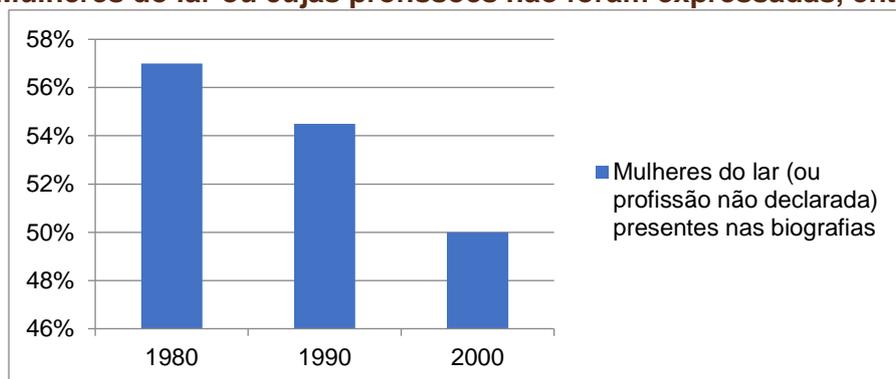
Na citada biografia há uma participação efetiva do marido da biografada, há uma descrição de quem era ele, sua função e até as adversidades que ele passou, e é enfatizado que sua esposa o acompanhara e suportara. Na pesquisa constatamos que há grande incidência de biografias semelhantes ao último exemplo, nas quais o marido torna-se figura central do texto biográfico.

No entanto, se há grande reforço nas biografias das homenageadas de seus papéis domésticos e familiares de mãe e esposa, perguntamo-nos acerca das ocupações dessas mulheres cujos nomes estão inscritos no espaço urbano londrinense, querendo saber se eram em sua maioria donas de casa ou se havia diversidade de atuações e profissões e se estas eram representadas em seus textos biográficos.

Trabalho e ocupação das mulheres biografadas

Ao longo do século XX deu-se uma progressiva inserção das mulheres nos diversos campos de trabalho. É possível afirmarmos que existe uma grande diversidade de profissões representadas nos textos biográficos de nossas fontes. São engenheiras, jornalistas, médicas, enfermeiras, professoras entre outras, sendo a maior recorrência para as professoras. Há também significativa incidência para as profissões consideradas mais simples como lavadeiras, costureiras, parteiras e cozinheiras. No entanto, a maioria das mulheres homenageadas era do lar ou não tinham profissões declaradas, situação que foi diminuindo, paulatinamente com o decorrer das décadas, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Mulheres do lar ou cujas profissões não foram expressadas, entre 1981-2008*



Fonte: Londrina (2010).

*O período de 2000 a 2008 não configura uma década

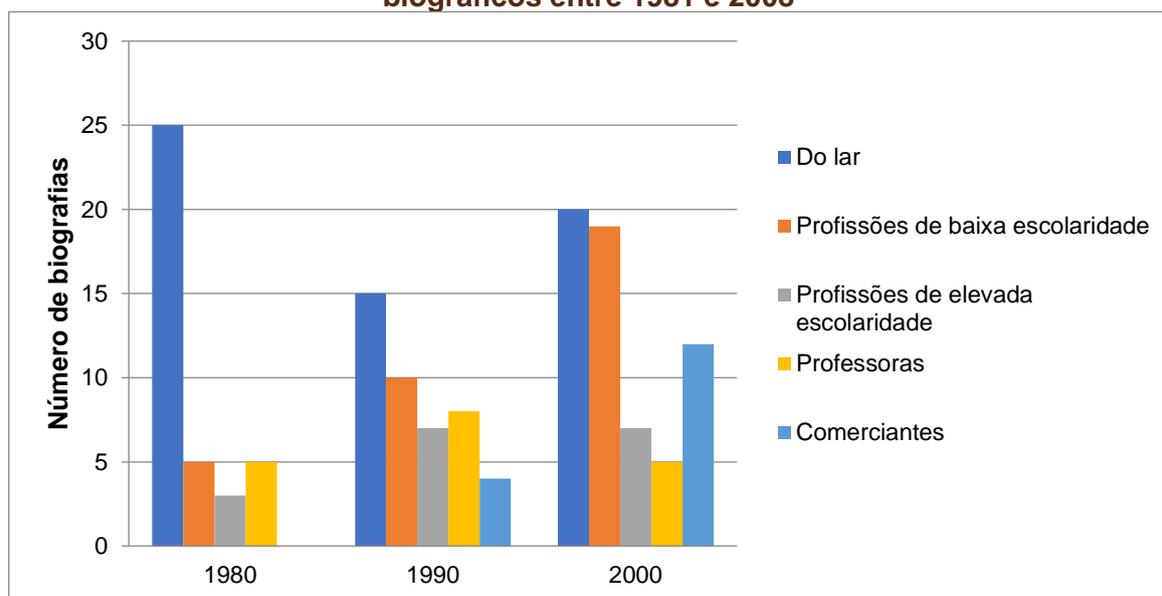
Historicamente essas mulheres ocupam um espaço importante, muitas foram daquelas pessoas que acreditaram no sonho de uma vida melhor no norte do Paraná e decidiram migrar, acompanhadas pelas famílias ou não. Segundo Castro (1994, p. 191-192):

Moças pobres, filhas de trabalhadores rurais e urbanos, desqualificados socialmente, mulheres sós, viúvas ou abandonadas pelos maridos com suas filhas e filhos, obrigadas à faina diária da sobrevivência, moças solteiras, empregadas em setores da economia da cidade ou prostituindo-se, integram a extensa categoria de “mulheres comuns”, que se estabeleceram na cidade com suas famílias ou até mesmo solitárias. Enfrentaram os preconceitos provenientes dos preceitos machistas, dos padrões de organização da família, assim como os vários discursos rígidos dos papéis sociais e sexuais.

As mulheres categorizadas enquanto “comuns” tinham a necessidade vital de se inserirem nas esferas do trabalho. Castro (1994) observou que muitas dessas mulheres por não possuírem conhecimento socialmente reconhecidos acabaram absorvidas em casas de família para trabalharem como empregadas domésticas, o que é uma tônica recorrente no Brasil (Sohiet, 2012). A inserção feminina completa, ou seja, das mulheres de outras camadas sociais, no mercado de trabalho deu-se a partir da segunda metade do século XX. Freire (2009, p. 56) nos diz que algumas profissões eram recomendadas como mais apropriadas ao “espírito feminino”, dentre essas “destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que eram extensões de seus papéis ‘naturais’ de mãe, esposa e dona de casa”. Segundo a autora, trata-se de um desdobramento do pensamento maternalista que ganhou espaço no cenário público brasileiro no começo do século XX (Freire, 2009).

Ao longo do século XX viveu-se um processo de maior acesso das mulheres à educação⁵ e aos espaços do trabalho, ocupando cargos nas mais diferentes áreas da sociedade. Tal diversificação dos papéis femininos pode ser vista também pelas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense, como no gráfico 2.

Gráfico 2: Tipologia das atuações das mulheres expressas em seus textos biográficos entre 1981 e 2008*



Fonte: Londrina (2010).

*O período de 2000 a 2008 não configura uma década.

O Gráfico 2 nos informa sobre as profissões/ocupações que estão contidas nos textos biográficos das mulheres homenageadas no período de 1981 a 2008. As profissões de elevada escolaridade são aquelas que necessitam de maior grau de instrução formal – curso superior – é o caso das profissionais

⁵ Rosemberg (2012) destacou o processo de acesso das mulheres à educação formal e como essa educação era direcionada “ao seu sexo”, como disciplinas como economia domésticas previstas na legislação educacional do país.

ligadas à saúde, à justiça e às comunicações, que também obtêm, tradicionalmente, maior prestígio público. Já as profissões de baixa escolaridade são aquelas muitas vezes denominadas como simples, pois não requerem formação acadêmica e estão ligadas à prestação de serviços domésticos como cozinheiras, costureiras etc.

Dentre as homenageadas é preciso dar destaque a uma personalidade que tem significância nacional justamente em razão da profissão que desempenhou e que morou e faleceu em Londrina, tendo seu nome sido utilizado para batizar uma rua. Trata-se da piloto Lindalva Bandeira Milhomem Campos, que, de acordo com sua biografia anexada ao projeto de lei, em 1939 começou a aprender sobre pilotagem de aviões em Corumbá, Mato Grosso; e que por fugir aos padrões da época foi preciso enfrentar algumas resistências: “Lindalva na época era duramente criticada tanto pelas mulheres como pelos homens, vez que, para pilotar um avião era necessário utilizar uniforme designado pela base aérea e também teria que usar calças compridas, o que era escandaloso para a época” (Londrina, 1995b, s./p.).

Uma passagem importante de sua biografia é sobre o período da Segunda Guerra Mundial: “Durante a segunda guerra mundial, tornou-se necessária a convocação de todos os pilotos brasileiros e estes teriam que ficar em sinal de alerta, inclusive a LINDALVA, que juntamente com a equipe, vigiava a costa brasileira, voando em formação durante quatro anos” (Londrina, 1995b, s./p.). Lindalva foi uma mulher ousada para seu tempo e que rompeu certos padrões, enfrentou preconceitos e teve homenagem rendida na cidade que ela escolheu morar até o fim de sua vida.

Separamos também biografias que davam destaque para a atuação filantrópica e benemérita das homenageadas. Numericamente não são muitas, contudo é oportuno evidenciarmos que as ações filantrópicas surgem como forma de valorizar a atuação feminina, ou melhor, para engrandecer a não-atuação profissional das homenageadas, mas seu engajamento social. Castro (2003) destacou que as atividades femininas filantrópicas tiveram funções importantes na sociedade londrinense, pois, além de suprir necessidades que os poderes institucionalizados (Companhia de Terras e Prefeitura) não faziam, proporcionou às mulheres um engajamento social e, mormente, uma reflexão sobre a construção de um “nós” feminino. Freire (2009, p. 67), que se ocupou da reflexão sobre o maternalismo no Brasil, destacou que:

Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres e incentivado pelas revistas femininas como sugestão de reação ao ócio e à frivolidade – comportamentos que adquiriram conotação condenável numa sociedade que almejava ser moderna. A laicização da filantropia, ao esvaziá-la da gratificação espiritual, diferenciou-a da caridade e deslocou seu foco para o bem-comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com a sociabilidade.

Percebemos que há uma conexão entre algumas homenageadas apontadas como filantropas com a “Sociedade Damas da Caridade”. Essa organização possuía marcante importância social, sobretudo, entre as mulheres da elite cujos maridos eram membros de destaque da sociedade londrinense. As esposas organizavam-se em prol de determinadas instituições a fim de ajudá-las, principalmente, creches, asilos e hospitais (Alves, 2013), o que também aparece nas biografias:

Em 1949, a família transferiu-se para Porecatu – PR, chamada pelo Eldorado do Norte do Paraná. Ali estabelecidos, Adelina, companheira inseparável de seu esposo, ajuda-o na execução dos negócios e, como “Dama de Caridade”, presta seus serviços à Igreja e à Comunidade, com muita dedicação à caridade. Em 1966, acompanhando o marido e filhos, chega a Londrina, prestando aqui, com a mesma devoção seus trabalhos filantrópicos no Instituto do Câncer Lucila Balalai. Durante vários anos realizou um trabalho espiritual junto aos doentes levando-lhes, também alimento material para suprir-lhe as necessidades, pois todos os que ela atendia eram pessoas de pouco ou nenhum recurso, com o mesmo amor estendeu seus préstimos aos indivíduos do Albergue Noturno: reformava roupas, costurava cobertores, servia sopa, comprava e distribuía pão para os miseráveis que ali estavam (Londrina, 1995c, s./p.).

Lucila Balalai é referência constante na história da filantropia londrinense, principalmente, nas ações luta por melhores condições de saúde para a população. Seu nome batizou a rua onde situa-se o Hospital do Câncer, que ela ajudara a construir. O fato de estar ligada à filantropia inseria as mulheres em grupos sociais cada vez mais amplos, e fazia delas personalidades sempre presente em festividades em prol das diversas instituições.

Foi sócia fundadora das ‘Damas da Caridade’ e vice-presidente do “Grupo Master” do Londrina Country Club, participando ativamente da vida social da cidade, promovendo eventos beneficentes e arrecadando fundos para caridades. Fez parte do grupo de senhoras que, semanalmente, prestavam assistência às velhinhas do Lar Santo Antônio (Londrina, 1996d, s./p.).

Pode-se afirmar que as referências recorrentes a filantropia nas biografias também funciona como elemento legitimador da homenagem, pois, aos olhos de muitos, sua prática denota uma pessoa boa, íntegra, correta, sobretudo, preocupada com o próximo.

Dedicada ao trabalho assistencial, Maria de Souza Mello foi uma das grandes damas de Londrina, pois sua casa era uma espécie de pousada nobre a todas as autoridades que aqui aportavam. Também proverbial era a afabilidade com que atendia a todos os desvalidos que a procuravam. Criou, assim, em torno de seu nome, uma aura de respeitabilidade, confiabilidade, lhaneza e bondade que por muito tempo perdurará (Londrina, 1994, s./p.).

Ser “dama de caridade” proporcionava também prestígio social, é por isso que consta enfaticamente nas biografias. Mais do que isso, as ações filantrópicas proporcionaram às mulheres um rompimento do espaço do privado, permitindo que elas se inserissem tenazmente no público, dirigindo associações, manejando dinheiro, promovendo ações, como apontou Mott (2001).

À guisa de conclusão: a sutileza da discriminação

Após o trajeto percorrido, podemos entender que não há discriminação explícita nas fontes, no que tange à classe das mulheres homenageadas, tendo em vista que encontramos mulheres das diversas camadas sociais representadas, assim como de diferentes profissões e campos de atuação. Tomando o espaço urbano como, tradicionalmente, local de homenagens aos grandes homens, mulheres e feitos, no primeiro momento, imaginávamos que não encontraríamos representadas as mulheres de origem mais simples cujas profissões são atreladas ao doméstico. Contudo, elas foram sim homenageadas com ruas,

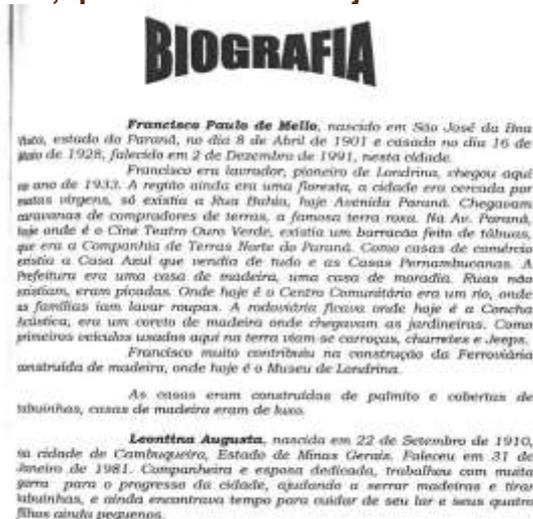
praças e avenidas londrinenses. No entanto, vale destacar que em havendo a exaltação do pioneirismo, que valoriza a posse da terra, aos bens materiais e poder econômico, as homenagens às mulheres seguem a trajetória de representação de homens cercados pela áurea de uma elite agrária enraizada na memória histórica do Brasil.

A discriminação que encontramos é a de gênero. Os homens como senhores do espaço público, da história e da memória dominam o cenário, deixando pouco espaço para que as mulheres participem da esfera pública. Organizamos nossa análise tomando gênero enquanto categoria analítica, que nos permite perceber as relações de poder entre homens e mulheres, assim como as identidades masculinas e femininas são construções sociais e culturais que impõe aos sexos formas de conduta e prática.

O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado (Sohiet, 1997, p. 279).

Baseados nessa concepção, destacamos que os discursos presentes nos textos biográficos são eivados de relações de gênero assimétricas. Textos estes que foram escritos entre os anos de 1981 e 2008, e mesmo assim são repletos de afirmações que nos conduzem a entender como se pensa o papel da mulher. Em geral, os acontecimentos narrados são passados entre as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, quando estas mulheres nasceram, casaram-se, tiveram filhos, foram educadas, migraram para Londrina. No entanto, a escrita dos textos é atual e podemos também perceber essas relações desiguais em alguns detalhes, como na imagem a seguir, que é uma reprodução digitalizada de textos biográficos anexados a um projeto de nomeação de ruas. Segue também a transcrição dos textos biográficos contidos na figura 1.

Figura 1: Reprodução digitalizada das biografias de Francisco Paulo de Mello e Leontina Augusta, que constam no Projeto de Lei n. 237/99.



Francisco Paulo de Melo, nascido em São José da Boa Vista, estado do Paraná, no dia 8 de abril de 1901 e casado no dia 16 de maio de 1928, falecido em 2 de dezembro de 1991, nesta cidade. Francisco era lavrador,

pioneiro de Londrina, chegou aqui no ano de 1933. A região ainda era uma floresta, a cidade era cercada por matas virgens, só existia a Rua Bahia, hoje Avenida Paraná. Chegavam caravanas de compradores de terras, a famosa terra roxa. Na Av. Paraná, hoje onde é o Cine Teatro Ouro Verde, existia um barracão feito de tábuas, que era a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como casas de comércio existia a Casa Azul que vendia de tudo e as Casas Pernambucanas. A Prefeitura era uma casa de madeira, uma casa de moradia. Ruas não existiam, eram picadas. Onde hoje é o Centro Comunitário era um rio, onde as famílias iam lavar roupas. A rodoviária ficava onde hoje é a Concha Acústica, era um coreto de madeira onde chegavam as jardineiras. Como primeiros veículos usados aqui na terra viam-se carroças, charretes e Jeeps. Francisco muito contribuiu na construção da Ferroviária construída de madeira, onde hoje é o Museu de Londrina. As casas eram construídas de palmito e cobertas de tabuinhas, casas de madeira eram de luxo.

Leontina Augusta, nascida em 22 de Setembro de 1910, na cidade de Cambuqueira, Estado de Minas Gerais. Faleceu em 31 de Janeiro de 1981. Companheira e esposa dedicada, trabalhou com muita garra para o progresso da cidade, ajudando a serrar madeiras e tirar tabuinhas, e ainda encontrava tempo para cuidar de seu lar e seus quatro filhos ainda pequenos.

Fonte: Londrina (1999d).

Pela imagem e pela transcrição das biografias supracitadas podemos destacar a assimetria de poder e importância das concepções de masculino e feminino. O primeiro aspecto é que o texto biográfico de Leontina é bem menor que o de seu cônjuge, que é rico em detalhes e informações sobre o cotidiano da cidade – o que já foi apontado ao longo do presente texto. Enquanto Francisco é apresentado como pioneiro, um homem que colaborou para a realização de grandes feitos, como a construção da Ferroviária, o texto sobre Leontina destaca que ela também contribuiu para o progresso da cidade, apesar de não conter a palavra “pioneira”, e pontua que ela fora bastante companheira e boa esposa e que sempre “encontrava tempo para cuidar de seu lar e seus quatro filhos ainda pequenos”. O texto foi escrito pela filha do casal.

As relações de gênero são datadas historicamente, e nesse caso, não deixam de possuir estreitos vínculos memorialísticos. Os textos biográficos utilizados para a pesquisa apresentam essas mulheres não como transgressoras dos comportamentos e papéis considerados padrão para a época em que viveram. Por serem fontes produzidas por seus descendentes e, assim, enquadradas por cristalizações da memória, tornando-as produto de uma narrativa de sujeitos que tomaram posse de suas representações sociais. Desse modo, as narrativas em geral apresentam mulheres que se dedicavam às atividades do lar e do cuidado dos filhos, sendo que nas situações financeiras mais desfavorecidas, muitas trabalhavam para garantir o sustento de sua família, como no texto a seguir, escrito em 1996: “trabalhou como lavadeira, por muito tempo trabalhou nos Bares Colombo e Líder, foi zeladora do prédio Dr. Arcenio Garcia Lopes, tudo que fazia tinha muito amor para ajudar o marido no orçamento do lar e na educação dos filhos” (Londrina, 1996e, s./p.).

Já em outro texto, encontramos o relato de que a biografada teve que cuidar do pai e dos irmãos, tendo em vista que em nenhum momento de sua biografia é citada sua mãe. Entende-se que os homens precisavam de uma mulher para os afazeres da casa e que ela abdicou de construir uma família, carreira etc., para cuidar dos seus irmãos e de seu pai. Estes sim, de acordo com o texto informado, estavam trabalhando para o progresso e crescimento da cidade. Há de se considerar também outra possibilidade, por nunca ter se casado ela acabou cuidando dos parentes, pois lembramos que “a ‘encalhada’ também precisa mostrar-se útil e generosa: cuidar dos pais idosos ou dos sobrinhos e/ou arrumar um emprego

“honesto” (Pinsky, 2012a, p. 491): “Maria Lúcia Moreno, por ter que cuidar do pai e irmãos, nunca se casou, se dedicando à família, enquanto esta trabalhava no desmembramento e crescimento de Londrina” (Londrina, 1999c, s./p.).

Desse modo, a reprodução desses discursos na contemporaneidade pelos seus descendentes é ação ratificadora das relações desiguais de gênero. Em textos biográficos citados anteriormente, percebemos que os autores dos textos entendiam que o homem tinha por função manter financeiramente sua família, pois ao citarem as ocupações das homenageadas, eles as engrandeceram, mas disseram tratar-se de “ajuda” ao marido no sustento da casa, atribuindo, portanto, menor importância ao trabalho feminino: “Chegou a Londrina em 1974 tornando-se costureira autônoma, ajudando assim seu companheiro a vencer as dificuldades financeiras” (Londrina, 2002b, s./p.).

Pinsky (2012b, p. 532) também analisou a utilização do verbo “ajudar”, mas referindo-se a outro contexto. Segundo a autora a utilização de tal verbo para falar do cuidado do “pai moderno” com a criança “é significativo do quão distante se está no Brasil de uma divisão sexual de trabalho igualitária no cuidado da prole”. O mesmo podemos concluir sobre o entendimento acerca do trabalho da mulher, muito ainda se está distante, pois ainda se considera uma “ajuda” no orçamento mensal. O que queremos destacar é que essas mulheres viveram ao longo do século XX, assim suas vidas foram conformadas aos padrões sociais então vigentes, no entanto, esses textos biográficos foram escritos nos anos finais do século XX.

Os dois trechos a seguir são das biografias de Maria Thereza Vieira e de Olga Biancardi Maurutto, nas quais os autores repetem a ideia de um papel determinado para as mulheres, pois sobre a primeira homenageada, chamam-na “filha obediente” que sempre seguiu o pai e depois o marido. Imaginamos que Maria Thereza Vieira tenha migrado ao longo do território brasileiro com seu pai e seu marido, mas valer-se da expressão “obediente” é ratificar o comportamento imputado às mulheres no começo do século XX, no qual a elas não cabia opinião tampouco escolha sobre suas vidas: “Sendo filha obediente, sempre acompanhou seu pai e depois seu marido (João Evangelista Gonçalves), na sina de pioneiros, tendo participado do desbravamento de várias regiões do sertão brasileiro” (Londrina, 1984, s./p.).

Na biografia de Olga Biancardi Maurutto é destacada sua atuação enquanto dona de casa e mãe, no entanto, atribuíram-lhe tal função como sendo o seu papel. O papel da mulher de ser mãe, não por escolha ou opção, mas por ser seu “lugar no mundo”: “Mãe amorosa cumpriu seu papel de educadora de modo integral fazendo de seus filhos pessoas orgulhosas da mãe que tiveram” (Londrina, 2005b, s./p.).

A utilização de certas palavras em detrimento de outras não é jogo semântico ingênuo, há por meio dele a produção de sentido(s), mesmo que seus autores estando profundamente submersos na mentalidade corrente não percebiam. O gênero está também nas sutilezas. A construção e manutenção de relações de gênero assimétrica se dá, sobretudo, no presente, na escrita desses textos biográficos.

Portanto, as biografias aqui analisadas pincelam os quadros em que a memória se modula. Tomar a biografia como objeto de investigação historiográfica, coloca em proeminência as ações com que os sujeitos – dentro de seus contextos – buscam cristalizar o passado por meio de outros sujeitos. A vida, dessa forma, é conclamada como égide de batalhas pela ocupação do passado, pela reivindicação e

perpetuação dos imaginários. Cabe à História, bem como à Biografia, enquanto gênero historiográfico, desvelar tais interesses, negociações e lutas, presentes na grafia da vida.

Fontes

LONDRINA. Projeto de lei n. 49, de 1984. *Câmara Municipal de Londrina*. 11 jun. 1984. Disponível em: <https://bit.ly/36IHRst>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 68, de 1993. *Câmara Municipal de Londrina*. 22 jun. 1993a. Disponível em: <https://bit.ly/3MRfnY2>. Acesso em 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 177, de 1993. *Câmara Municipal de Londrina*. 13 jul. 1993b. Disponível em: <https://bit.ly/35XOUkL>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 102, de 1994. *Câmara Municipal de Londrina*. 27 maio 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3w6TILg>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 334, de 1995. *Câmara Municipal de Londrina*. 22 set. 1995b. Disponível em: <https://bit.ly/3MPcgA5>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 381, de 1995. *Câmara Municipal de Londrina*. 21 nov. 1995c. Disponível em: <https://bit.ly/3I9KWck>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 536, de 1995. *Câmara Municipal de Londrina*. 26 dez. 1995a. Disponível em: <https://bit.ly/3q49vkO>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 17, de 1996. *Câmara Municipal de Londrina*. 10 abr. 1996a. Disponível em: <https://bit.ly/3tfnJ3Z>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 29, de 1996. *Câmara Municipal de Londrina*. 02 abr. 1996c. Disponível em: <https://bit.ly/3lJrIki>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 181, de 1996. *Câmara Municipal de Londrina*. 03 jun. 1996b. Disponível em: <https://bit.ly/3liaMe3>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 491, de 1996. *Câmara Municipal de Londrina*. 06 dez. 1996d. Disponível em: <https://bit.ly/3lfe7Wz>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 523, de 1996. *Câmara Municipal de Londrina*. 27 nov. 1996e. Disponível em: <https://bit.ly/3JhpraP>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 355, de 1998. *Câmara Municipal de Londrina*. 17 set. 1998b. Disponível em: <https://bit.ly/3qf4h5B>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 62, de 1998. *Câmara Municipal de Londrina*. 30 abr. 1998a. Disponível em: <https://bit.ly/362FXgs>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 44, de 1999b. *Câmara Municipal de Londrina*. 23 abr. 1999b. Disponível em: <https://bit.ly/3ibKEqz>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 237, de 1999. *Câmara Municipal de Londrina*. 02 set. 1999d. Disponível em: <https://bit.ly/3qaVGRo>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 402, de 1999. *Câmara Municipal de Londrina*. 05 dez. 1999a. Disponível em: <https://bit.ly/3tWdf3S>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 447, de 1999. *Câmara Municipal de Londrina*. 14 dez. 1999c. Disponível em: <https://bit.ly/3tiovNZ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 99, de 2002. *Câmara Municipal de Londrina*. 29 abr. 2002a. Disponível em: <https://bit.ly/3iadO9P>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 310, de 2002. *Câmara Municipal de Londrina*. 23 out. 2002b. Disponível em: <https://bit.ly/364QQOS>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 199, de 2003. *Câmara Municipal de Londrina*. 10 set. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3KVHJ1T>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 126, de 2005. *Câmara Municipal de Londrina*. 08 set. 2005b. Disponível em: <https://bit.ly/3u6SAis>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. Projeto de lei n. 206, de 2005. *Câmara Municipal de Londrina*. 06 mar. 2005a. Disponível em: <https://bit.ly/3ImVKUh>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LONDRINA. *Listagem de logradouros do município de Londrina*. Londrina: Secretaria de Planejamento do município de Londrina, 2010.

Referências

ALDERMAN, Derek. Street names and the scaling of memory: the politics of commemorating Martin Luther King, Jr. within the African American Community. *Area*, v. 35, n. 2, p. 163-173, jun. 2003.

ALVES, Jolinda. *Assistência aos pobres em Londrina (1940-1980)*. Londrina: EDUEL, 2013.

ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. *História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino da UEL*, n. 1, p. 69-82, 1995.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina: 1930-1975*. Londrina: EDUEL, 2008.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito. Apresentação: o que pode a biografia hoje? In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito (Orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 9-13.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas v. 2*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 9-70.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTRO, Rosimeire Aparecida. *O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930/1960)*. 329f. Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

CASTRO, Rosimeire Aparecida. *Ecos da memória: uma contribuição à história da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975)*. Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EdUSP, 2009.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. *História & Ensino*, v. 6, p. 103-120, out. 2000.

FREIRE, Maria Martha. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 141-184.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 199-234. 2001.

PINSKY, Carla. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 469-512.

PINSKY, Carla. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012b, p. 513-543.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROST Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ROSEMEBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

SOHIET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 399-429.

SOHIET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. *A nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

SOUZA, Celia. O sentido das palavras nas ruas da cidade: entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Maria (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 137-156.